

# **TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2018 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
TEP – Termoelétrica Potiguar S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

#### *Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### *Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas*

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da TEP – Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.



## Ênfase

### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Sem modificar nossa opinião, conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência da revisão do cálculo do arrendamento mercantil em empresa controlada, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondentes ao exercício anterior e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de março de 2019

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

  
Alex Andrade Vaz da Silva  
Contador  
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP





TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	90.718	103.395
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	22	-	-	(36.245)	(56.986)
LUCRO BRUTO		-	-	54.473	46.409
Resultado de equivalência patrimonial		38.506	21.862	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	22				
Despesas gerais e administrativas		(877)	(742)	(9.329)	(12.062)
Honorários dos Administradores		-	-	(1.629)	(640)
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	42	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		37.629	21.120	43.557	33.707
RESULTADO FINANCEIRO	23				
Receitas financeiras		1.913	52	44.552	36.249
Despesas financeiras		(6.099)	(10.476)	(24.603)	(33.495)
Variação cambial líquida		-	-	137	(265)
Total		(4.186)	(10.424)	20.086	2.489
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		33.443	10.696	63.643	36.196
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20				
Correntes		-	-	(17.376)	(8.169)
Diferidos		-	2.688	1.276	(4.687)
Incentivo fiscal		-	-	8.382	3.912
Total		-	2.688	(7.718)	(8.944)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		33.443	13.384	55.925	27.252
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		2,970	1,189		
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				34.042	13.930
Acionistas não controladores				21.883	13.322
				55.925	27.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.443	13.384	55.925	27.252
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>33.443</u>	<u>13.384</u>	<u>55.925</u>	<u>27.252</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros			Total
				Reserva dos lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ORIGINALMENTE APRESENTADO)</b>							
Ajustes de exercícios anteriores		36.591	4.203	57.100	9.426	-	107.320
		-	-	35.222	-	-	35.222
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017 (REAPRESENTADO)</b>		<b>36.591</b>	<b>4.203</b>	<b>92.322</b>	<b>9.426</b>	<b>-</b>	<b>142.542</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.384	13.384
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	19	-	669	-	-	(669)	-
Complemento de reservas de lucros retidos	19	-	-	9.536	-	(9.536)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,37 por ação)	19	-	-	-	-	(3.179)	(3.179)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (REAPRESENTADO)</b>		<b>36.591</b>	<b>4.872</b>	<b>101.858</b>	<b>9.426</b>	<b>-</b>	<b>152.747</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	33.443	33.443
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	19	-	1.672	-	-	(1.672)	-
Complemento de reservas de lucros retidos	19	-	-	23.828	-	(23.828)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,71 por ação)	19	-	-	-	-	(7.943)	(7.943)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>		<b>36.591</b>	<b>6.544</b>	<b>125.686</b>	<b>9.426</b>	<b>-</b>	<b>178.247</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



TEP TERMOLÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Reservas de Lucros								Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (ORIGINALMENTE APRESENTADO)		36.591	4.287	54.894	9.426	-	105.198	84.626	189.824	
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	35.222	-	-	35.222	23.480	58.702	
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		36.591	4.287	90.116	9.426	-	140.420	108.106	248.526	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.930	13.930	13.322	27.252	
Destinação do lucro:	19	-	67	-	-	(67)	-	-	-	
Complemento de reservas legal		-	-	10.430	-	(10.430)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R\$0,03 por lote de mil ações)		-	-	-	-	(3.179)	(3.179)	-	(3.179)	
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R\$1,23 por lote de mil ações)		-	-	-	-	(254)	(254)	(13.609)	(13.863)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (REAPRESENTADO)		36.591	4.354	100.546	9.426	-	150.917	107.819	258.736	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	34.042	34.042	21.883	55.925	
Destinação do lucro:	19	-	1.702	-	-	(1.702)	-	-	-	
Complemento de reservas legal		-	-	24.397	-	(24.397)	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais a pagar (R\$2,66 por lote de mil ações)		-	-	-	-	(7.943)	(7.943)	(21.980)	(29.923)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		36.591	6.056	124.943	9.426	-	177.016	107.722	284.738	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro líquido do exercício		33.443	13.384	55.326	27.252
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	196	197	10.934	10.841
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	14	-	-	42	-
Variação cambial líquida	23	-	-	(137)	265
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	17 e 23	-	353	17.398	22.687
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	17	-	56	114	176
Rendimento de depósitos bancários vinculados	23	-	-	(1.753)	(2.764)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	23	-	-	(649)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	(1.276)	4.687
Encargos sobre mútuos	11	3.631	9.645	3.631	9.645
Juros e multas a faturar		-	-	(17.110)	(8.059)
Reversão do ajuste a valor presente		-	-	(23.374)	(24.615)
Resultado de equivalência patrimonial	13 e 22	(38.506)	(21.862)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		455	-	(1.859)	28.577
Arrendamento mercantil a receber		-	-	51.175	31.794
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(1.293)	25
Estoques		-	-	(4.793)	(4.567)
Impostos a recuperar		(754)	1.960	(11.089)	(16.544)
Outras contas a receber		1	(2.692)	1.732	2.062
Depósitos judiciais		-	(1)	7	(1)
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		(12.506)	-	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		10	-	121	(9.580)
Impostos a recolher		203	(1.581)	14.766	28.763
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	245	(3.346)
Obrigações sociais e trabalhistas		7	16	482	99
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	17	-	(640)	(7.826)	(14.948)
Outras contas a pagar		-	-	(998)	(1.868)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>(13.820)</u>	<u>(1.165)</u>	<u>83.816</u>	<u>80.581</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aquisição de imobilizado	14	-	-	(1.722)	(2.437)
Depósitos bancários vinculados		-	-	2.911	(625)
Dividendos recebidos		35.468	23.994	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>35.468</u>	<u>23.994</u>	<u>1.189</u>	<u>(3.062)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	-	(6.255)	(54.254)	(54.854)
Dividendos pagos		-	-	(12.932)	(15.815)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		(21.541)	(16.513)	(21.541)	(16.513)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(21.541)</u>	<u>(22.768)</u>	<u>(88.727)</u>	<u>(87.182)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<u>107</u>	<u>61</u>	<u>(3.722)</u>	<u>(9.663)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	297	236	9.176	18.839
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	404	297	5.454	9.176
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<u>107</u>	<u>61</u>	<u>(3.722)</u>	<u>(9.663)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TEP - TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TEP - Termoeletrica Potiguar S.A. ("Companhia" ou "TEP") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 04.853.028/0001-22, controlada pela Global Participações em Energia S.A. ("GPE"), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 10 de janeiro de 2002, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica ("PIE"), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional.

A TEP possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2018:

- Companhia Energética Manauara ("CEM"), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta pela TEP e indireta pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), com sede em Manaus – Amazonas. A CEM é uma unidade termoeletrica ("UTE") com 85.380 kW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 kW), nos termos Resolução Autorizativa ANEEL nº 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.

Toda a energia firme gerada é integralmente transferida para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"), anteriormente denominada como Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("AME"), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S. A. em 20 de maio de 2005, com vigência de 20 anos. Findo este prazo a usina será revertida ao patrimônio da "Amazonas GT" sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina e a produção de energia elétrica é integralmente transferida à Amazonas GT. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC - 06 R-1 (operações de arrendamento mercantil) e com o ICPC-03 (aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no final do contrato.

- Água Limpa Energia S.A. ("ALI"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica ("PCH") no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins, com 14 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010.
- Areia Energia S A. ("ARE"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis – Tocantins é uma pequena central hidrelétrica PCH (11,4 MW) no Rio Palmeiras, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL nº 838, de 24 de fevereiro de 2011.

As vigências das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia Energia são de 8 de novembro de 2033 e 21 de janeiro de 2034, respectivamente, podendo ser prorrogadas, a pedido do PIE e a critério da ANEEL. No fim destes prazos, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original e a depreciação apurada por auditoria de Poder Concedente.

As PCHs possuem contrato no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, que tem como objeto a venda da energia contratada às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, sendo a vigência até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e vigência até 30 de outubro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, às quais se submetem as partes.

#### Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). As Controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

#### Repactuação de Riscos Hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As Controladas aderiram à repactuação do risco hidrológico apenas em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico ("SP100") ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia ou no fim da concessão, dos dois o menor.

Devido ao fato de que as Controladas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do "Generation Scaling Factor - GSF" de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as Controladas contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto ainda não foi efetuado.

Quando da efetivação do desconto, o valor descontado a maior pela Eletrobras será compensado com o valor do prêmio devido pelas Controladas, finalizando a compensação no ano de 2020.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE na data base de 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.291 (R\$1.567, em 2017) para a ARE e R\$3.043 (2017, R\$962) para a ALI. As Controladas possuem a expectativa que a retenção dos valores devidos iniciará a partir de 2019.

No exercício de 2018, foram reconhecidos nos resultados das Controladas o montante de R\$1.116 (R\$900, em 2017) para a ARE e R\$1.220 (R\$1.208, em 2017) para a ALI, referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2016 e à provisão do custo do MRE de 2018 e 2017 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas estão também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 29 de março de 2019, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

### Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

### Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.



Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

#### Conversão de saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a respectiva moeda funcional, Real, usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização destes ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### Instrumentos financeiros

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou dele deduzidos valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

#### Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas coligadas. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

#### Arrendamento mercantil a receber

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Controlada "CEM", o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a "Amazonas GT" e, no fim do contrato, estes bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a "Amazonas GT", entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

#### Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

#### Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº15.

#### Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

#### Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para a controlada CEM, tributada com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A controlada CEM goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (SUDAM) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. A companhia efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para este fim.

Nos exercícios de 2017 e 2018, as controladas ALI e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nos prejuízos fiscais não utilizados e nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Para as controladas ALI e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi paralisada até 2018, quando as Companhias pretendem voltar à tributação com base no lucro real.

#### Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

#### Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.



### Reconhecimento da receita

No exercício corrente, as Controladas adotaram o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. O CPC 47 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas para abordar cenários específicos.

A adoção do CPC 47 não teve um efeito relevante sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro das Controladas.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as Controladas e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As Controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estão atuando como agente ou principal e concluíram que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia das controladas ARE e ALI são reconhecidas no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos nos contratos de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa na sua realização.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro, em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

### Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

### Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

### Reapresentação dos saldos comparativos

No exercício de 2018, a Controlada CEM reavaliou os critérios adotados na mensuração dos saldos do arrendamento mercantil a receber em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, e identificou algumas inconsistências com o estabelecido nesta norma, razão pela qual a Companhia está reapresentando os referidos balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa. Para fins comparativos, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo reapresentados, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os efeitos dos ajustes realizados nos saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 1º de janeiro de 2017 estão a seguir demonstrados:

Balço patrimonial

	<u>31 de dezembro de 2017</u>			<u>1º de janeiro de 2017</u>		
	<u>Original</u> <u>reportado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo</u> <u>ajustado</u>	<u>Original</u> <u>reportado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo</u> <u>ajustado</u>
<u>Controladora:</u>						
Investimentos	135.156	47.265	182.421	146.591	35.222	181.813
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	318	2.860	3.178	-	-	-
Reservas de lucros	71.751	44.405	116.156	70.729	35.222	105.951
<u>Consolidado:</u>						
Arrendamento mercantil a receber	219.040	92.950	311.990	249.904	69.265	319.169
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	539	2.860	3.399	2.172	-	2.172
Impostos diferidos	12.833	14.175	27.008	15.927	10.563	26.490
Reservas de lucros	69.921	44.405	114.326	68.607	35.222	103.829
Participação de acionistas não controladores	76.309	31.510	107.819	84.626	23.480	108.106

Demonstração de resultado

	<u>2017</u>		
	<u>Original</u> <u>reportado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo</u> <u>ajustado</u>
<u>Controladora:</u>			
Resultado de equivalência patrimonial	9.818	12.044	21.862
<u>Consolidado:</u>			
Receita operacional líquida	89.372	14.023	103.395
Receitas financeiras	26.586	9.663	36.249
Impostos diferidos	(1.075)	(3.612)	(4.687)

Demonstração dos fluxos de caixa

	<u>2017</u>		
	<u>Original</u> <u>reportado</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Saldo</u> <u>ajustado</u>
<u>Controladora:</u>			
Lucro líquido do exercício	1.340	12.044	13.384
Resultado de equivalência patrimonial	(9.818)	(12.044)	(21.862)
<u>Consolidado:</u>			
Lucro líquido do exercício	7.178	20.074	27.252
Atualização monetária do contrato de arrendamento	(16.441)	(8.174)	(24.615)
Reversão do ajuste a valor presente	1.489	(1.489)	-
Arrendamento mercantil a receber	45.816	(14.023)	31.793
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.299)	3.612	(4.687)

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia aplicou emendas e novas interpretações, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018, conforme descrito a seguir:

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
Efeitos da adoção	<p>A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trouxe efeitos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparados com os princípios do IAS 39.</p> <p>Os principais efeitos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).</p> <p>Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras não sofreram alterações relevantes com os novos conceitos introduzidos pelo CPC48.</p>
Norma	CPC 47 - Receita de contratos com clientes (IFRS 15)
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo CPC, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
Efeitos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe efeitos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019.

<u>Norma</u>	<u>CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil (IFRS 16)</u>
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Efeitos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará efeitos para a Companhia.

A adoção dessas normas e interpretações não teve qualquer efeito relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

#### 4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação	
	2018	2017
	Direta	Direta
<u>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</u>		
Água Limpa Energia S.A.	70%	70%
Areia Energia S.A.	70%	70%
<u>Termoelétricas (UTE)</u>		
Companhia Energética Manauara	60%	60%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido			Lucro líquido do exercício	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	2018	2017
Controladora	178.246	152.747	142.542	33.443	13.384
Baixas do diferido das controladas	(1.230)	(1.830)	(2.122)	-	-
Outros ajustes	-	-	-	599	546
Acionistas controladores	177.016	150.917	140.420	34.042	13.930
Acionistas não controladores	107.722	107.819	108.106	21.883	13.322
Consolidado	<u>284.738</u>	<u>258.736</u>	<u>248.526</u>	<u>55.925</u>	<u>27.252</u>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Caixa e bancos	-	-	-	8	14	2.469
Aplicações financeiras	404	297	236	5.446	9.162	16.370
Total	<u>404</u>	<u>297</u>	<u>236</u>	<u>5.454</u>	<u>9.176</u>	<u>18.839</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 97% e 111,27% (97% e 106,57% em 2017) da remuneração do CDI.

## 6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Banco da Amazônia S.A. - BASA	12.537	13.838	10.439
Caixa Econômica Federal - CEF	4.542	4.400	4.410
Total	<u>17.079</u>	<u>18.238</u>	<u>14.849</u>
Circulante	4.646	4.453	3.448
Não circulante	12.433	13.785	11.401
Total	<u>17.079</u>	<u>18.238</u>	<u>14.849</u>

As controladas da Companhia possuem aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidos até o seu vencimento, com remuneração média equivalente entre 92,4% e 97% do CDI (2017 93,3% a 97%).



## 7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Valores a vencer	31.484	28.811	27.734
Valores a receber (a)	-	683	22.278
Valores a faturar (b)	16.979	-	-
Total	<u>48.463</u>	<u>29.494</u>	<u>50.012</u>

- (a) Contas a receber decorrentes do transitado em julgado favorável à controlada CEM em duas ações judiciais, sendo o primeiro processo no montante de R\$2.680 de principal e de R\$3.455 de juros. Já no segundo processo, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.143, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT.
- (b) Contas a receber decorrente do transitado em julgado favorável à controlada CEM; todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.979, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT.

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
IRPJ	-	-	-	2.181	2.134	1.842
IRRF	929	102	828	3.149	3.566	1.980
CSLL	17	-	-	1.423	2.349	-
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	-	104	105	6.672
PIS sobre faturamento	-	-	-	782	794	1.515
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	-	475	481	955
COFINS sobre faturamento	-	-	-	3.193	3.250	3.412
ICMS a recuperar	-	-	-	1	-	-
Outros	-	90	100	116	206	515
Total	<u>946</u>	<u>192</u>	<u>928</u>	<u>11.424</u>	<u>12.885</u>	<u>16.891</u>
Circulante	946	192	928	7.129	6.435	6.252
Não circulante	-	-	-	4.295	6.450	10.639
Total	<u>946</u>	<u>192</u>	<u>928</u>	<u>11.424</u>	<u>12.885</u>	<u>16.891</u>

## 9. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

Ano de vencimento	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
2017	-	-	31.794
2018	-	50.527	50.527
2019	51.082	51.082	51.082
2020	53.294	53.294	53.294
2021 a 2025	262.352	262.352	262.352
Subtotal	366.728	417.255	449.049
Ajuste ao valor presente	(81.890)	(105.265)	(129.880)
Total	284.838	311.990	319.169
Circulante	51.082	50.527	31.794
Não circulante	233.756	261.463	287.375
Total	284.838	311.990	319.169

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	319.169
Reversão de ajuste a valor presente	24.615
Baixa por realização	(31.794)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	311.990
Reversão de ajuste a valor presente	23.374
Baixa por realização	(50.526)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	284.838

## 10. IMPOSTOS DIFERIDOS

Impostos diferidos ativos

	Alíquota	Consolidado 2016
Prejuízos fiscais acumulados		18.710
Bases negativas acumuladas		19.236
Diferenças temporárias:		
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(1.461)
Despesas pré-operacionais		4.903
Ativo diferido eliminado na consolidação		7.157
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		29.309
Total de bases negativas e diferenças temporárias		29.835
Imposto de renda	25%	7.327
Contribuição social	9%	2.685
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		10.012
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		10.508
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		(496)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		10.012

Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.012
Diferenças temporárias (c)	(2.395)
Baixa de diferido (c)	(1.209)
Deságio na venda de crédito (b)	(3.572)
Venda de crédito tributário (a)	(2.836)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-

- (a) Os tributos diferidos com base no prejuízo fiscal e base negativa, foram cedidos através da Ata de Reunião de Conselho da Administração (RCA) para Companhia Energética Potiguar – CEP, através da MP 783/2017 que permitiu a cessão de crédito para quitação de dívidas através da compensação de prejuízos fiscais e base negativa no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.
- (b) Após negociação, as partes chegaram a uma proposta de preço da venda dos créditos por R\$3.572, o que corresponde a um deságio de 55,74%, definindo o prazo de pagamento em 71 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir de janeiro de 2018.
- (c) O tributo diferido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação foram baixados em 2017. Com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros a Companhia entende que não há expectativa de utilização dos saldos ativos uma vez que a tributação com base no lucro presumido demonstra ser mais atrativo que o lucro real, impossibilitando assim a compensação do ativo fiscal diferido.

#### Impostos diferidos passivos

	Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):			
Imposto de renda e contribuição social	145	(1.440)	1.654
PIS e COFINS diferidos	496	1.470	1.382
Impostos diferidos - reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	26.784	28.448	24.836
Total	<u>27.425</u>	<u>28.478</u>	<u>27.872</u>
Circulante	1.197	1.470	1.382
Não circulante	26.228	27.008	26.490
Total	<u>27.425</u>	<u>28.478</u>	<u>27.872</u>

- (a) A Companhia apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, artigo 409; no Decreto-lei nº 1.598/77, artigo 10, § 3º; na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 21/79; e na Lei nº 9.718/98, artigo 7º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

## 11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Ref.	Encargos incidentes	Controladora								
		2018			2017			2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Mútuo</b>										
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(d) IGPM	32.079	-	2.467	32.508	-	188	33.506	-	2.248
Companhia Energética Potiguar	3,6% a.a. + CDI	-	47.512	(5.576)	-	57.158	(7.577)	-	55.063	(8.594)
Jones Aranha de Sá	3,6% a.a. + CDI	-	-	(418)	-	6.954	(1.647)	-	14.925	(2.874)
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	3,6% a.a. + CDI	-	-	(104)	-	1.739	(609)	-	3.729	(716)
Companhia Energética Manauara	(a) IGPM	-	-	-	-	-	-	-	-	(190)
Areia Energia S.A.	(b) 30% do IGPM	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Água Limpa Energia S.A.	(b) 30% do IGPM	-	-	-	-	-	-	-	-	74
Total		32.079	47.512	(3.631)	32.508	65.851	(9.645)	33.506	73.717	(10.049)
<b>Circulante</b>										
Não Circulante		32.079	47.512	-	32.508	65.851	-	33.506	73.717	-
Total		32.079	47.512	-	32.508	65.851	-	33.506	73.717	-
<b>Outras contas a receber</b>										
Companhia Energética Potiguar	(e) sem encargos	2.234	-	-	2.688	-	-	-	-	-
Total		2.234	-	-	2.688	-	-	-	-	-
<b>Consolidado</b>										
Ref.	Encargos incidentes	2018			2017			2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Mútuo</b>										
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(d) IGPM	32.079	-	2.467	32.508	-	188	33.506	-	2.248
Companhia Energética Potiguar	3,6% a.a. + CDI	-	47.512	(5.576)	-	57.158	(7.577)	-	55.063	(8.594)
Jones Aranha de Sá	3,6% a.a. + CDI	-	-	(418)	-	6.954	(1.647)	-	14.925	(2.874)
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	(b) 3,6% a.a. + CDI	-	-	(104)	-	1.739	(609)	-	3.729	(716)
Total		32.079	47.512	(3.631)	32.508	65.851	(9.645)	33.506	73.717	(9.936)
<b>Conta corrente</b>										
Companhia Energética Candeias	(c) sem encargos	-	-	-	-	15	-	-	15	-
Total		-	-	-	-	15	-	-	15	-
<b>Circulante</b>										
Não Circulante		32.079	47.512	-	32.508	65.851	-	33.506	73.717	15
Total		32.079	47.512	-	32.508	65.866	-	33.506	73.732	15
<b>Outras contas a receber</b>										
Companhia Energética Manauara	(g) sem encargos	4.874	-	-	4.897	-	-	3.434	-	-
Companhia Energética Potiguar	(f) sem encargos	4.591	-	-	5.524	-	-	-	-	-
Total		9.465	-	-	10.421	-	-	3.434	-	-

- (a) Recursos recebidos da controlada CEM e empresa ligada, para repasse as controladas ALI e ARE.
- (b) Recursos repassados as controladas ALI e ARE para a viabilização da construção das PCHs Água Limpa e Areia, convertidos em mútuos.
- (c) Os valores registrados como conta corrente com as controladas e empresas ligadas, constituem reembolso de despesas e são utilizados para suprir a necessidade de capital de giro.
- (d) Valores aportados nas controladas ALI e ARE de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia.
- (e) Valores aportados nas controladas ALI e ARE de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia.
- (f) Outras contas a receber em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar ("CEP"), da Controladora e suas controladas Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A., em 71 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2018.
- (g) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/73 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizadas principalmente na Região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobras diretamente ao fornecedor, e o gás natural é entregue à Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas GT, não sendo um custo do processo.

## 12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
Eletróbrás - CCC-ISOL (a)	-	-	-	4.874	4.897	3.434
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	738	774	2.044
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	2	4.074
Adiantamento a funcionários	4	-	-	16	10	-
Despesas antecipadas	-	-	-	377	86	380
Créditos tributários PERT	2.234	2.688	-	4.591	5.524	-
Outras contas a receber	-	6	2	33	1.069	1.995
Wartsilla Finland OY (b)	-	-	-	-	-	2.497
<b>Total</b>	<b>2.238</b>	<b>2.694</b>	<b>2</b>	<b>10.629</b>	<b>12.362</b>	<b>14.424</b>
Circulante	459	460	2	6.972	7.594	10.144
Não circulante	1.779	2.234	-	3.657	4.768	4.280
<b>Total</b>	<b>2.238</b>	<b>2.694</b>	<b>2</b>	<b>10.629</b>	<b>12.362</b>	<b>14.424</b>

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletróbrás diretamente ao fornecedor e o gás natural é entregue a Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas Energia, não sendo um custo do processo.

A Companhia efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletróbrás junto ao fornecedor.

- (b) Refere-se ao valor a ser reembolsado devido ao pagamento em valor superior ao previsto no contrato.

## 13. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

2018						
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos	Lucro líquido
CEM	27.000	60%	50.000	197.675	(47.459)	37.672
ALI	28.902	70%	41.288	49.511	(6.299)	13.100
ARE	27.968	70%	39.954	45.995	(3.689)	9.616
2017						
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital social	Patrimônio líquido (Reapresentado)	Dividendos	Lucro líquido
CEM	27.000	60%	50.000	207.462	(31.060)	27.213
ALI	28.902	70%	41.288	42.710	(2.931)	5.220
ARE	27.968	70%	39.954	40.068	(808)	2.687
2016						
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital social	Patrimônio líquido (Reapresentado)	Dividendos	Lucro líquido
CEM	27.000	60%	50.000	152.607	(46.287)	34.529
ALI	28.902	70%	41.288	40.421	-	8.763
ARE	27.968	70%	39.954	38.189	-	5.362



Movimentação dos investimentos em controladas

	Controladas			Total
	ALI	ARE	CEM	
Saldos em 01/01/2017 (Reapresentado)	28.295	26.732	126.785	181.812
Resultado de equivalência patrimonial	3.654	1.881	16.327	21.862
Dividendos recebidos	(2.052)	(566)	(18.635)	(21.253)
Saldos em 31/12/2017 (Reapresentado)	29.897	28.047	124.477	182.421
Resultado de equivalência patrimonial	9.170	6.731	22.605	38.506
Dividendos recebidos	(4.409)	(2.582)	(28.477)	(35.468)
Saldos em 31/12/2018	<u>34.658</u>	<u>32.196</u>	<u>118.605</u>	<u>185.459</u>

## 14. IMOBILIZADO

	Consolidado									
	Terrenos (a)	Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	Móveis e utensílios 10%	Máquinas e equipamentos (a)	Reservatório, barregens e adutoras (a)	Computadores e periféricos 20%	Imobilizado em curso	Veículos 20%	Total	
Taxa de depreciação anual										
<u>Custo corrigido</u>										
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.313	40.852	246	93.819	96.584	192	756	35	233.797	
Adições	-	503	16	1.668	22	30	140	58	2.437	
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências	-	123	20	61	528	1	(740)	7	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.313	41.478	282	95.548	97.134	223	156	100	236.234	
Adições	-	422	11	1.240	-	49	-	-	1.722	
Baixa	-	(23)	-	(19)	-	-	-	(35)	(77)	
Transferências	-	20	16	97	98	1	(232)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.313	41.897	309	96.866	97.232	273	(76)	65	237.879	
<u>Depreciação acumulada</u>										
Saldos em 1º de janeiro de 2017	(370)	(10.939)	(207)	(25.363)	(27.065)	(65)	-	(27)	(64.036)	
Adições	(58)	(1.852)	(18)	(4.397)	(4.270)	(31)	-	(9)	(10.635)	
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(428)	(12.791)	(225)	(29.760)	(31.335)	(96)	-	(36)	(74.671)	
Adições	(57)	(1.881)	(20)	(4.485)	(4.245)	(35)	-	(13)	(10.736)	
Baixa	-	-	-	1	-	-	-	35	36	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(485)	(14.672)	(245)	(34.244)	(35.580)	(131)	-	(14)	(85.371)	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	828	27.225	64	62.622	61.652	142	(76)	51	152.508	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2017	885	28.687	57	65.788	65.799	127	156	64	161.563	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2017	943	29.913	39	68.456	69.519	127	756	8	169.761	

(a) As controladas ALI e ARE adotam o prazo remanescente de autorização para produção de energia, a partir da data de entrada em operação, como a vida útil econômica dos bens de geração e transmissão de energia, quando este é menor, haja vista que não havendo prorrogação das autorizações, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2018. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

As controladas ALI e ARE possuem edificações, obras civis e benfeitoria, reservatório, barragens, adutoras e máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$78.199 e R\$68.999 respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 (2017, R\$83.646 e R\$73.471), líquidos de depreciação.

## 15. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	2018			2017	2016
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
<u>Controladora</u>						
Direitos de outorga	4,8%	2.547	-	2.547	2.743	2.939
<u>Consolidado</u>						
Direito de uso de software	20%	41	(38)	3	5	14
Direito de passagem - servidõe:	4,8%	26	(10)	16	17	17
Direitos de outorga	4,8%	2.547	-	2.547	2.743	2.939
Total		<u>5.161</u>	<u>(48)</u>	<u>2.566</u>	<u>2.765</u>	<u>2.970</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.939	2.970
Amortização	(196)	(205)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.743	2.765
Amortização	(196)	(199)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>2.547</u>	<u>2.566</u>

## 16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
MRE - Mecanismo de Regulação Energética	-	-	1.629	3.727
Engenharia São Patrício	-	76	71	69
Wartsila (Brasil e Filandia)	-	3.234	1.972	10.470
Petrobrás Distribuidora S.A.	-	1.996	2.405	1.340
Nunes Fernandes Advogados Associados	-	823	-	-
Outros fornecedores	10	439	508	294
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>6.568</b>	<b>6.585</b>	<b>15.900</b>
Circulante	10	6.513	6.530	15.900
Não circulante	-	55	55	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>6.568</b>	<b>6.585</b>	<b>15.900</b>

## 17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Ref.	Vencimento principal	Taxa efetiva	Encargos	Controladora				
					Principal		Total		
					Circulante	Não circulante	2018	2017	2016
<u>Moeda nacional</u>									
Banco do Brasil	(a)	set/17	CDI +	-	-	-	-	6.543	
(-) Custos de transação			2,1%a.a.	-	-	-	-	(57)	
Subtotal				-	-	-	-	6.486	
<u>Consolidado</u>									
Banco do Brasil	(a)	set/17	CDI +	-	-	-	-	6.543	
(-) Custos de transação			2,1%a.a.	-	-	-	-	(57)	
Subtotal				-	-	-	-	6.486	
Caixa Econômica Federal	(b)	jun/30	TJLP +	78	4.539	47.256	51.873	71.145	99.209
(-) Custos de transação			3,7% a.a.	-	(7)	(62)	(69)	(90)	(119)
Subtotal				78	4.532	47.194	51.804	71.055	99.090
Banco da Amazônia S.A.	(c)	mai/30	10% a.a.	212	2.468	25.916	28.596	31.094	33.578
(-) Custos de transação				-	(91)	(954)	(1.045)	(1.136)	(1.231)
FDA	(d)	jul/27	TJLP + 1,65%	671	9.819	78.552	89.042	92.689	95.255
FNO operacional	(e)	nov/25	8,5% a.a.	12	1.013	5.996	7.021	4.773	8.347
FNO (conversão)	(e)	nov/25	2,94% a.a.	68	-	12.208	12.276	25.751	28.621
Subtotal				963	13.209	121.718	135.890	161.207	164.570
<b>Total</b>				<b>1.041</b>	<b>17.741</b>	<b>168.912</b>	<b>187.694</b>	<b>232.262</b>	<b>270.146</b>
Circulante				1.041	17.741	-	18.782	28.368	33.684
Não circulante				-	-	168.912	168.912	203.894	245.517
<b>Total</b>				<b>1.041</b>	<b>17.741</b>	<b>168.912</b>	<b>187.694</b>	<b>232.262</b>	<b>279.201</b>

- (a) Portabilidade realizada do Banco Santander para o Banco do Brasil em um montante de R\$24.643. O contrato foi assinado em 13 de outubro de 2014. Originalmente o contrato com o Santander teve o objetivo de viabilizar a construção das PCHs.

- (b) Contrato assinado em 25 de setembro de 2006 pelas controladas ALI e ARE, e aditivo de retificação, assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$45.000 (ALI) e R\$36.000 (ARE), para execução do projeto de construção da PCH, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescidos de 3,9% a.a. até o período de carência e de 3,7% a.a. a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e finalizando em junho de 2030.
- (c) Contrato assinado em 10 de abril de 2010 pelas controladas ALI e ARE, no montante de R\$29.460 (ALI) e R\$18.503 (ARE), para execução do projeto da PCH, com incidência de taxa de juros de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010 e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e finalizando em maio de 2030.
- (d) Em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, por meio de contrato particular celebrado junto ao Banco da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem o custo básico (variação acumulada da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP), acrescidos de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% a.a. e encargos, a título de Del Credere, a taxa efetiva de 0,15% a.a., com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007 e finalizando em julho de 2027.
- (e) Contratos assinados em 22 de março de 2007, 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia S.A., nos montantes de R\$39.599, R\$44.214 e R\$10.133, respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e a compra de máquinas para a usina termoeletrica e os demais para a viabilização da conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 10%, 10% e 2,94% ao ano e 15% de adimplência, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente. O financiamento de R\$39.599 foi quitado em 22 de fevereiro de 2018 e o de R\$44.214 teve seu pagamento ao longo de 2018.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.486	-	6.486	33.684	245.517	279.201
Juros e variações monetárias provisionados	353	-	353	22.687	-	22.687
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(640)	-	(640)	(14.948)	-	(14.948)
Amortização dos custos de captação	56	-	56	176	-	176
Transferências	-	-	-	41.623	(41.623)	-
Pagamentos	(6.255)	-	(6.255)	(54.854)	-	(54.854)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	28.368	203.894	232.262
Juros e variações monetárias provisionadas	-	-	-	17.398	-	17.398
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	-	-	-	(7.826)	-	(7.826)
Amortização dos custos de captação	-	-	-	114	-	114
Transferências	-	-	-	34.982	(34.982)	-
Pagamentos	-	-	-	(54.254)	-	(54.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	18.782	168.912	187.694

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado		
	2018	2017	2016
2018	-	-	25.852
2019	-	19.386	23.354
2020	18.073	20.003	22.254
2021	19.063	20.643	22.554
2022 em diante	19.063	20.643	22.554
	<u>112.713</u>	<u>123.219</u>	<u>128.949</u>
Total	<u>168.912</u>	<u>203.894</u>	<u>245.517</u>

### Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

#### Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado na Água Limpa Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por: (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 28.901.698 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 12.386.442 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos no valor de R\$28.497; (vi) Hipoteca do terreno de 330,081 hectares e suas benfeitorias; (vii) Interviente – Companhia Energética Manauara; e (viii) Fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$3.905.

Foi firmado na Areia Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por: (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 27.967.968 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 11.986.272 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$23.912; (vi) Hipoteca do Terreno de 121,348 hectares e suas Benfeitorias; (vii) Interviente – Cia Energética Manauara; e (viii) Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$3.009.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

<u>Cláusula restritiva - “covenant”</u>	<u>Índice requerido</u>
Cobertura do serviço da dívida (*)	Maior ou igual a 1,3 vezes
Patrimônio líquido/Passivo total (*)	Maior ou igual a 23%
Capital social/Investimento total (*)	Maior ou igual a 23%
Depósito bancário vinculado ao contrato (*) (**)	Três vezes o serviço da dívida ou 10% do faturamento dos seis primeiros meses

(\*) Caixa Econômica Federal.

(\*\*) Banco da Amazônia S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Companhia Energética Manauara

<u>Tipo do financiamento</u>	<u>Garantias</u>
FNO 1	(a) Hipoteca cedular em 1º grau (terreno, usina e linha de transmissão); (b) extensão de alienação fiduciária da cédula de crédito bancário; e (c) penhor cedular: 1 - dos direitos emergentes da cessão outorgados pela ANEEL; 2 - dos direitos de crédito decorrentes do contrato de garantia firmado entre a Amazonas GT e a Companhia; 3 - dos direitos de crédito do contrato de suprimento e energia firmado entre Amazonas GT e a Companhia; 4 - de ações do capital social da Companhia; e 5 - de ações ordinárias nominativas do capital da Companhia.
FNO Operacional	Fiança da Petrobras Distribuidora S.A. ("Petrobras") (40%) e Termoelétrica Potiguar S.A. ("TEP") (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO.
FNO Conversão do Gás	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) construções civis vinculadas ao contrato nº FII-G-084-07/0017-2 (construção civil, instalações e infraestrutura geral); (c) máquinas e equipamentos financiados por meio do contrato nº FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores navais modelo Wartsilla, completos com suas partes e acessórios; (d) cinco geradores; e (e) alienação fiduciária de três compressores.
Debêntures FDA	Hipoteca do terreno da usina; (b) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (c) seguro "performance" de conclusão do empreendimento; (d) cessão de direitos dos direitos emergentes de concessão e penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre a Amazonas GT e a Companhia; (e) fiador: TEP e Petrobras; e (f) intervenientes: TEP e Petrobras.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>	<u>Instituição</u>
Depósito vinculado ao contrato FDA	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FDA	Depositar mensalmente valor equivalente a 1/6 (um sexto) da somatória do maior serviço da dívida FDA	SUDAM

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu todos os "covenants".

## 18. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- a) As controladas ARE e ALI são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública de parte da área onde se encontra localizada as PCHs. A ação encontra-se em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações das PCHs. Contudo, a controlada já possui a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2018, as controladas possuíam depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$265 (2017, R\$265). Os assessores jurídicos da controlada consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração das controladas, não constituiu nenhuma provisão para fazer face a eventuais perdas.
- b) Em 23 de abril de 2013, a ARE deu início a um procedimento ordinário, cujo objetivo consiste na declaração da ilegalidade do artigo 3º da Resolução Normativa nº 492/12, expedida pela ANEEL, que alterou a data planejada da operação comercial da PCH Areia no PROINFA, de 25 de fevereiro de 2011, data do último aditivo contratual, para 30 de dezembro de 2006, data constante no contrato original, reduzindo o prazo contratual de venda de energia elétrica em aproximadamente cinco anos.
- c) Em 31 de dezembro de 2018, a CEM possuía cinco causas de natureza tributária no montante de R\$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$36.591 está representado por 11.259.420 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	9.007.536	80
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	2.251.884	20
Total	<u>11.259.420</u>	<u>100</u>



b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após esta destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir. Em 2018, houve constituição de R\$1.672 (Em 2017, R\$669).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou a conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$23.828 (R\$9.536 em 31 de dezembro de 2017) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$105.065 mil. A destinação desse excesso, seja por integralização de capital social ou por distribuição de dividendos adicionais, será deliberada pela assembleia geral de acionistas.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2017, Administração da Companhia Energética Manauara aprovou, em reunião do Conselho de Administração:

- A distribuição de R\$33.355 (R\$0,22 por lote de mil ações) referente a lucros a distribuir do exercício anterior, sendo R\$6.388 a título de juros sobre o capital próprio previamente já autorizado e R\$26.967 de saldo de lucro do exercício de 2016 a distribuir conforme disponibilidade de caixa. O saldo referente a minoritário é de R\$10.787.
- A distribuição de juros sobre o capital próprio de R\$4.092 (R\$0,03 por lote de mil ações), líquidos de impostos. O saldo referente a minoritário é de R\$1.637.

Em 2017, a Administração da Água Limpa Energia S.A. aprovou em Ata de Reunião do Conselho a distribuição de R\$2.931 referentes a distribuição antecipada de dividendos, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram parcialmente distribuídos. O saldo de referente a minoritário é de R\$879.

Em 2017, foi deliberada em Ata da Areia Energia S.A. na Reunião do Conselho da Administração (RCA) a distribuição de dividendos no montante de R\$808. O saldo referente a minoritário é de R\$242.

Em 30 de abril de 2018, a Administração da Companhia Energética Manauara aprovou, por meio de Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária distribuição de R\$3.983 (R\$0,09 por lote de mil ações) em dividendos complementares aos acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O saldo referente a minoritário é de R\$1.593.

Em 25 de setembro de 2018, a Administração da Companhia Energética Manauara aprovou, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração a distribuição de R\$25.950 (R\$0,58 por lote de mil ações) em dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2018, os quais já foram pagos R\$11.950. O saldo referente a minoritário é de R\$10.380.

Em 24 de outubro de 2018, a Administração da Companhia Energética Manauara aprovou, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$2.927 (R\$0,22 por lote de mil ações), referente a um complemento dos dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2018, dos quais ainda não foram pagos. O saldo referente a minoritário é de R\$1.171.

Em 23 de abril de 2018, foi deliberada em Ata da Areia Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$67 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2017, condicionada à disponibilidade de caixa, os quais foram totalmente pagos. O saldo referente a minoritário é de R\$20.

Em 13 de agosto de 2018, foi deliberada em Ata da Areia Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$3.622 referentes à distribuição antecipada de dividendos mínimos obrigatórios no final do ano e adicionais, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram totalmente pagos. O saldo referente a minoritário é de R\$1.087.

Em 23 de abril de 2018, a Administração da Água Limpa Energia S.A. aprovou, por meio de reunião do Conselho de Administração a distribuição de R\$1.204 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2017, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram totalmente pagos. O saldo referente a minoritário é de R\$361.

Em 13 de agosto de 2018, a Administração da Água Limpa Energia S.A. aprovou, por meio de reunião do Conselho de Administração a distribuição de R\$5.095 referentes à distribuição antecipada de dividendos mínimos obrigatórios no final do ano e adicionais, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram totalmente pagos. O saldo referente a minoritário é de R\$1.528.

Em 2018, a Controladora destinou os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$7.943, sendo R\$4.766 aos acionistas majoritários e R\$3.177 para os minoritários (Em 2017, R\$3.179, sendo R\$1.907 aos acionistas majoritários e R\$1.272 para os minoritários).

#### Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações, dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	33.443	13.384
Quantidade de ações por lote de mil	11.259	11.259
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>2,970</u>	<u>1,189</u>

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido em 31 de dezembro	33.442	13.384	17.377
Reserva legal	(1.672)	(669)	(869)
Base para dividendos	<u>31.770</u>	<u>12.715</u>	<u>16.508</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>7.943</u>	<u>3.179</u>	<u>4.127</u>

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		(Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.179	30.979
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(14.681)	(10.533)
Diferenças temporárias e permanentes		
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06	(3.520)	3.259
Despesas não dedutíveis	2.727	1.163
Impostos correntes sobre lucro real	<u>(15.474)</u>	<u>(6.111)</u>
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	(1.902)	(2.058)
Imposto de renda e contribuição social	(17.376)	(8.169)
Incentivos fiscais do imposto de renda	8.382	3.912
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.276	(4.687)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(7.718)</u>	<u>(8.944)</u>

Na controladora em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar ("CEP"), foi reconhecido em 2017 imposto sobre diferido no resultado referente tal operação, no montante de R\$2.688.

## 21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		(Reapresentado)
Receita de venda de energia	135.793	152.294
Deduções de venda		
PIS	(1.828)	(2.546)
COFINS	(8.423)	(11.732)
ICMS	(33.942)	(33.742)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(882)	(879)
Total	<u>90.718</u>	<u>103.395</u>

## 22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Custos e despesas com pessoal e administradores	(457)	(415)	(5.124)	(5.142)
Depreciação e amortização	(196)	(197)	(10.934)	(10.841)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(1.086)	(1.027)
Custos com manutenção e operação	-	-	(23.239)	(45.528)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(45)	(41)
Custos e despesas com seguros	-	-	(1.187)	(631)
Despesas com viagens e comunicações	(1)	-	(524)	(442)
Serviços de terceiros	(1)	-	(690)	(295)
Assessoria e consultoria	(91)	(95)	(3.242)	(4.825)
Tributos	(19)	(19)	(298)	(420)
Resultado de equivalência patrimonial	38.506	21.862	-	-
Outras despesas (receitas)	(112)	(16)	(792)	(496)
<b>Total</b>	<b>37.629</b>	<b>21.120</b>	<b>(47.161)</b>	<b>(69.688)</b>
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(36.245)	(56.986)
Resultado de equivalência patrimonial	38.506	21.862	-	-
Despesas gerais e administrativas	(877)	(742)	(9.329)	(12.062)
Honorários dos Administradores	-	-	(1.629)	(640)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	42	-
<b>Total</b>	<b>37.629</b>	<b>21.120</b>	<b>(47.161)</b>	<b>(69.688)</b>

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
				(Reapresentado)
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	15	25	1.753	2.764
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	2.467	-	2.467	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(571)	(48)	(1.474)	(1.484)
Receita Financeira Leasing - CPC 06	-	-	23.374	24.615
Atualização monetária de arrendamento mercantil	-	-	649	-
Outras receitas financeiras, líquidas (a)	2	75	17.783	10.354
<b>Subtotal</b>	<b>1.913</b>	<b>52</b>	<b>44.552</b>	<b>36.249</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	(353)	(17.398)	(22.687)
Amortização de custo de captação	-	(56)	(114)	(176)
Juros sobre contrato de mútuo	(6.098)	(9.645)	(6.098)	(9.645)
Outras despesas financeiras, líquidas	(1)	(422)	(993)	(987)
<b>Subtotal</b>	<b>(6.099)</b>	<b>(10.476)</b>	<b>(24.603)</b>	<b>(33.495)</b>
Variações cambiais líquidas	-	-	137	(265)
<b>Total</b>	<b>(4.186)</b>	<b>(10.424)</b>	<b>20.086</b>	<b>2.489</b>

(a) Ver nota explicativa nº 7

## 24. SEGUROS

As controladas ALI, ARE e CEM possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas Controladas diretas e indiretas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	<u>TEP</u>	<u>ALI</u>	<u>ARE</u>	<u>CEM</u>
Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	-	105.935	94.118	260.000
Lucros cessantes	-	29.131	21.759	40.000
Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)	15.000	15.000	15.000	20.500

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social – o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco – a Administração da Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

### Risco de crédito

Decorre da possibilidade a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e Amazonas GT, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

### Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a estes tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

### Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros – decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundas das flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) – o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a Amazonas GT. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de energia – as controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isto implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar este risco, as controladas aderiram ao MRE – Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

*Quanto à escassez de combustível* – A controlada CEM gera energia por meio de UTE; numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria redução de receita e aplicação de multas por parte da Amazonas GT. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, classificados como custo amortizado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora					Total
	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	404	-	-	-	-	404
Outras contas a receber	459	454	454	454	417	2.238
<b>Total</b>	<b>863</b>	<b>454</b>	<b>454</b>	<b>454</b>	<b>417</b>	<b>2.642</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	10	-	-	-	-	10
Dividendos à pagar	11.122	-	-	-	-	11.122
Obrigações trabalhistas e sociais	87	-	-	-	-	87
Obrigações tributárias	210	-	-	-	-	210
<b>Total</b>	<b>11.429</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.429</b>
	Consolidado					
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5.454	-	-	-	-	5.454
Depósito bancários vinculados	4.646	-	-	-	12.433	17.079
Contas a receber de clientes	48.463	-	-	-	-	48.463
Arrendamento mercantil a receber	51.082	34.640	39.657	45.183	114.276	284.838
Outras contas a receber	6.972	1.228	1.228	784	417	10.629
<b>Total</b>	<b>116.617</b>	<b>54.522</b>	<b>56.664</b>	<b>58.461</b>	<b>80.199</b>	<b>366.463</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	6.513	-	-	-	55	6.568
Empréstimos e financiamentos	18.782	18.073	19.063	19.063	112.713	187.694
Dividendos à pagar	19.805	-	-	-	-	19.805
Obrigações trabalhistas e sociais	981	-	-	-	-	981
Obrigações tributárias	8.599	-	-	-	-	8.599
Outras contas a pagar	332	2.859	-	-	-	3.191
<b>Total</b>	<b>55.012</b>	<b>20.932</b>	<b>19.063</b>	<b>19.063</b>	<b>112.768</b>	<b>226.838</b>

#### Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando a receita bruta, saldos de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2018. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

		Controladora						
Modalidade	Risco	Cenário				Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	
		I	II	III	Contábil	I	II	III
		(*)	25%	50%			25%	50%
<b>Passivo - Partes relacionadas</b>								
Contratos de mútuo	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(47.512)	(50.672)	(51.461)	(52.251)
					<u>(47.512)</u>	<u>(50.672)</u>	<u>(51.461)</u>	<u>(52.251)</u>
<b>Ativo - Aplicações financeiras</b>								
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	404	430	423	417
					<u>404</u>	<u>430</u>	<u>423</u>	<u>417</u>
<b>Ativo - Partes relacionadas</b>								
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	32.079	34.132	33.619	33.106
					<u>32.079</u>	<u>34.132</u>	<u>33.619</u>	<u>33.106</u>
					<u>(15.029)</u>	<u>(16.110)</u>	<u>(17.419)</u>	<u>(18.728)</u>
					<u>-</u>	<u>(1.081)</u>	<u>(2.390)</u>	<u>(3.699)</u>

\* Fonte: Banco Santander

Efeito no patrimônio líquido

		Consolidado						
Modalidade	Risco	Cenário				Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	
		I	II	III	Contábil	I	II	III
		(*)	25%	50%			25%	50%
<b>Passivo - Empréstimos e financiamentos</b>								
Banco da Amazônia S.A.	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(89.042)	(94.963)	(96.444)	(97.924)
Caixa Econômica Federal	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(51.873)	(55.323)	(56.185)	(57.047)
					<u>(140.915)</u>	<u>(150.286)</u>	<u>(152.629)</u>	<u>(154.971)</u>
<b>Passivo - Partes relacionadas</b>								
Contratos de mútuo	Alta da TJLP	6,7%	8,31%	9,98%	(47.512)	(50.672)	(51.461)	(52.251)
					<u>(47.512)</u>	<u>(50.672)</u>	<u>(51.461)</u>	<u>(52.251)</u>
<b>Ativo - Aplicações financeiras</b>								
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	404	430	423	417
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	96	102	101	99
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	415	442	435	428
XP Investimentos CCTVM S/A	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	195	207	204	201
					<u>1.110</u>	<u>1.181</u>	<u>1.163</u>	<u>1.145</u>
<b>Ativo - Partes relacionadas</b>								
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	32.079	34.132	33.619	33.106
					<u>32.079</u>	<u>34.132</u>	<u>33.619</u>	<u>33.106</u>
<b>Ativo - Depósitos bancários vinculados</b>								
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	4.542	4.833	4.760	4.688
Banco da Amazônia S.A.	Baixa do CDI	6,4%	4,80%	3,20%	12.537	13.339	13.139	12.938
					<u>17.079</u>	<u>18.172</u>	<u>17.899</u>	<u>17.626</u>
<b>Receita</b>								
Receita de venda	Baixa do IGP-M	4,5%	3,38%	2,25%	135.793	141.904	140.376	138.848
					<u>135.793</u>	<u>141.904</u>	<u>140.376</u>	<u>138.848</u>
					<u>(2.366)</u>	<u>(5.568)</u>	<u>(11.033)</u>	<u>(16.497)</u>
					<u>-</u>	<u>(3.202)</u>	<u>(8.667)</u>	<u>(14.131)</u>

\* Fonte: Banco Santander

Efeito no patrimônio líquido

### Instrumentos financeiros derivativos – Manauara

O contrato de emissão das debêntures mencionado na nota explicativa nº 16 permite à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM optar por converter em ações preferenciais ou ordinárias as debêntures subscritas, até o limite de 15% do montante das debêntures subscritas. Esta opção concedida à SUDAM caracteriza um derivativo, a ser reconhecido nas demonstrações financeiras. De acordo com o pronunciamento CPC 38 – Instrumento Financeiro: Reconhecimento e Mensuração. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia entende não haver mais saldo de valor justo deste derivativo no valor do passivo não circulante.



## 26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.169 (Água Limpa) R\$1.777 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$474 (Água Limpa) e R\$384 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.224 (Água Limpa) e R\$1.000 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2018.
- Assessoria e gestão no valor de R\$471 (Água Limpa) e R\$393 (Areia), com vigência indeterminada.

## 27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

### Exercício de 2018 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.272 (Água Limpa), R\$1.756 (Areia) e R\$12.550 (CEM).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.536 (CEM).

### Exercício de 2017 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.342 (Água Limpa), R\$4.905 (Areia) e R\$13.303 (CEM).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.036 (CEM).

### Exercício de 2016 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.377 (Água Limpa), R\$1.632 (Areia), R\$4.626 (CEM).
- Compensação do CCC da Eletrobrás de R\$26.180 (CEM).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$904 (CEM).
- Distribuição de dividendos com compensação de saldo com partes relacionadas R\$9.067 (CEM).

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2019, a Companhia recebeu R\$18.275, sendo R\$857 referentes a honorários advocatícios sobre um processo, transitado em julgado, de cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT. Deste total, R\$16.143 já haviam sido provisionados em 2018.